

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador





Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador



Sobral
2020

**SER
TÃO
CULT**

Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador

© 2020 copyright by Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhaes Linhares
Maria Aparecida de Sousa
Raimundo Alves de Araújo
Raul Max Lucas da Costa
Regina Celi Fonseca Raick
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Viviane de Souza Lima
Telma Bessa Sales

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Ilustrações

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527 Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel
Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf
Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

CDD 324.281

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais
de servidores dos Institutos Federais de
Educação, Ciência e Tecnologia:*



Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13
Michael Löwy

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20
Hernán Ramírez

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46
David Moreno Montenegro

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71
Rejane Carolina Hoeveler

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90
Celina Lerner

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122
Fabiano Godinho Faria

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159
Michelangelo Torres

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174
Felipe Cazetta

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

Cícero João da Costa Filho

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

Fábio Gentile

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

Mauro Luiz Barbosa Marques

Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliado imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

David M. Montenegro analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeverler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

Fabio Gentile pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

Michelangelo Torres aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e discontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

Os organizadores

Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques

Neoliberalismo e (Neo) Autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do Cone Sul da América Latina



Hernán Ramírez

O neoliberalismo foi implementado como política pública pela primeira vez nos regimes autoritários do Cone Sul da América Latina, tendo o caso chileno como emblemático. Foi lá que se gestou sua grande experiência, a que contou inclusive com o beneplácito de Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan (MEADOWCROFT; RUGER, 2014). Ele não nasce com as ditaduras, é um projeto que se vinha gestando desde tempo atrás, mas só se plasma tendo elas como instrumentos.

Posições liberais eram antigas na região, mas quem dominava o debate econômico antes dos setenta era a heterodoxia. No debate Roberto Simonsen e Eugenio Gudín³, entre 1944 e 1945, tido como um marco, foi o primeiro quem se sagrara vencedor naquele momento, tendência dominante que se reforçaria com a instalação da CEPAL em 1948, que fez mais potente essa hegemonia, até por contar com a chancela das Nações Unidas, assim como pelo fato dos governos da época professarem uma aberta predileção pelo desenvolvimentismo.

De todo modo, noções neoliberais foram penetrando desde a década de 1950, corpus teórico que estava se desenvolvendo na Europa e nos Estados Unidos em resposta aos problemas do liberalismo clássico em dar solução à Crise de 1929 e, por sobre tudo, diante da ascensão dos regimes totalitários e do comunismo, que tinham no uso do Estado e no planejamento seu alicerce, o que lhes fazia temer pelas implicações de longo prazo das soluções keynesianas (MIROWSKI; PLEHWE, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016).

1 Texto desenvolvido com o incentivo da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, do CNPq, e do Edital Pesquisador Gaúcho, da FAPERGS.

2 Professor Unisinos / Bolsista Produtividade CNPq.

3 O IPEA publicou dois livros contendo esse debate (SIMONSEN; GUDIN, 1977).

Reunidos no Colóquio que homenageara Walter Lippman, em 1938, chegaram até a fundar o *Centre international d'études pour la rénovation du libéralisme* (CIRL) (DENORD, 2009). Suas atividades já sofriam com os fantasmas da Guerra e será em 1947, quando se rearticulam definitivamente em torno da Sociedade Mont Pèlerin, que passa a agrupar a parte significativa desse contingente, com o expurgo do Ordoliberalismo alemão, certamente por esse admitir um maior uso do Estado e do planejamento, políticas que passam a ser um divisor de águas dentro do mundinho neoliberal, embora não de forma tão nítida nesse momento.

Enraizamento neoliberal

Vários economistas da região se imbuirão de noções neoliberais em cursos que realizam no exterior e, desse modo, temos um primeiro ingresso difuso já no início dos cinquenta, até que ao mediar a década, se produz seu enraizamento institucional de modo mais sistemático. Seu marco foi o acordo pioneiro celebrado entre a Universidade de Chicago com a Pontifícia Universidade Católica de Chile, em 1955, para instalar um curso de economia que começou a funcionar um ano depois.

Na Argentina, Alberto Benegas Lynch cria em 1957 o *Centro de Estudios sobre la Libertad* (CESL), de filiação austríaca, com o próprio Hayek integrando seu Conselho (MORRESI, 2011^a; BÜREN, 2013). Em 1977, o filho de Benegas Lynch fundaria a *Escuela Argentina de Negocios*, atual *Escuela Superior en Economía y Administración de Empresas* (ESEADE). Embora não ocupassem postos-chaves na condução das políticas econômicas, tais entidades nos falam do prematuro ingresso de ideias neoliberais na região.

Tal processo de enraizamento se acelerará para finais dessa década. Isto se dá, fundamentalmente, porque mais do que uma simples teoria econômica, o neoliberalismo vai se constituir na ideologia de uma etapa do desenvolvimento capitalista que estava em cernes (MIROWSKI; PLEHWE, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016), imbricado profundamente no embate político da época. Disputa que no continente latino-americano teria de ganhar novos contornos com o desenrolar da Revolução Cubana, que põe levedura no processo de radicalização em curso e acende os sinais de alerta da potência hegemônica e seus interesses locais associados.

No Brasil, em 1959 é criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) com o intuito de promover os valores do capitalismo e potenciar o acionar empresarial, objetivo que teria de contar ainda com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que surgira no final de 1961, num *modus vivendi* que ainda

não foi totalmente desentranhado (RAMÍREZ, 2009) e cuja origem poderia ser anterior à formalizada nos documentos oficiais (MOREIRA, 2019), como mostra o envolvimento de Gilbert Huber Jr. nos seu prolegómenos.

Huber era um americano residente no Rio de Janeiro que teve participação na criação e em outras atividades cruciais do IPÊS, embora não desempenhasse funções de proa, talvez pela sua nacionalidade, o que deixaria evidências do envolvimento de interesses estrangeiros. Na final das contas, como falara Dario de Almeida Magalhães, do Comitê Orientador, “A tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos”.⁴ Isto foi crucial para que o IPÊS não fosse punido pela Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963, que acabaria ilegalizando o IBAD, que teve suas atividades encerradas e seu presidente tendo de fugir para a Suíça. Não por nada o segredo será a base na estratégia neoliberal (BÜREN, 2019).

De todo modo, os interesses estrangeiros brotavam por toda parte no que tange às atividades do IPÊS, as que envolviam empresas e autoridades americanas, como bem relata Huber numa reunião do Comitê Executivo⁵. De todas elas, chama a atenção o convite feito pelo *Latin American Council* (LAIC), criado por David Rockefeller, para reuniões em Nassau nos anos de 1962 e 1963 com o envio de pelo menos dois representantes empresariais de cada país, ao que o IPÊS responderia afirmativamente em 1962 enviando três dos seus diretivos, que fizeram extensiva sua visita a diversas autoridades americanas, como o presidente do Senado e membros dos Departamentos de Estado e Comércio⁶. Destas, a única que se menciona expressamente o nome da autoridade, foi a mantida com o embaixador Teodoro Moscoso, que fora coordenador da Aliança para o Progresso (Alpro) e sofrera sequestro na Venezuela, tendo documentos sigilosos apreendidos do seu carro, os que foram lidos por Ernesto Che Guevara na célebre Conferência de Punta del Este, de 1961.

Além dessa, existem outras evidências da relação com entidades vinculadas a David Rockefeller, entre as quais contatos com o *Committee for Economic Development* (CED). Em inícios de 1962, Alfred A. Neal, que mais tarde se tornou presidente do *Council for Foreign Relations*, nos Estados Unidos, enviou uma carta ao líder do IPÊS, Huber, oferecendo-lhe uma “operação CED de apoio”⁷, iniciando, assim, uma série de contatos, mais ou menos regulares, entre as duas instituições, que se prolongariam até 1968⁸.

4 Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 19/6/1962.

5 Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 27/3/1962.

6 Atas do IPÊS/Rio, 12/2/1962.

7 Carta a Gilbert Huber Jr. de Alfred C. Neal. IPÊS/Rio, 28/2/1962.

8 CED, *Press Release*, 30/12/1968.

Mais uma vez, um indício nos leva a outro, com o qual podemos alcançar uma conclusão hermenêutica. Em novembro de 1965, o CED incluiu o IPÊS na sua *International Library List and Order Form*⁹, mostrando quão importante era tal atividade. A publicação e circulação de artigos e livros seria vital nas redes neoliberais, assim como para o IPÊS. Desde seus inícios, as fontes trazem os esforços por editar diversas publicações, com bastante regularidade, muitas das quais tiveram o patrocínio de fundações americanas, que destinaram a esse propósito uma longa lista de títulos, inclusive com a recomendação expressa de manter caráter reservado¹⁰, para o qual a embaixada estadunidense parecia ser o ponto de contato. Prática que buscava esconder a participação do governo americano através desse tipo de entidades (ARNOVE, 1982; BERMAN, 1993).

De todas elas, nos deteremos num artigo aparecido em *Democracia e Empresa*, uma das revistas do IPÊS, também foi publicado pela revista *Espejo*, do *Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales* (MORAES, 2012), o que comprova essa circulação. Esse Instituto tinha nome similar ao brasileiro e foi fundado no México no ano de 1958, sendo promovido pela *Foundation for Economic Education*, fortemente vinculada à Sociedade Mont Pèlerin e ao próprio Hayek.

Não resulta estranho então que fora através de um pequeno folheto produzido por essa Fundação e distribuído pelo instituto mexicano que um grupo de guatemaltecos tomou contato com o pensamento de Ludwig von Mises e decidiu criar, em 1959, o *Centro de Estudios Económico-Sociales* (CEES), no seu país, lembrando novamente o nome dos outros dois Institutos. Tal Centro constituiu o embrião da *Universidad Francisco Marroquín*, a mais célebre das instituições que promovem as ideias do libertarismo na América Latina. Esse caso e o do México, além dos quais nos ocupamos, mostram como esse processo foi sumamente extenso.

Por isto, não é uma novidade que na Argentina se crie em 1964 a *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana* (FIEL), a instância das quatro organizações de cúpula da burguesia argentina, tendo a Fundação Ford como seu principal patrocinador, novamente uma entidade filantrópica americana associada a esse tipo de ação. Tal entidade seria chave nas políticas econômicas da última ditadura, saindo dos seus quadros todos os seus ministros de Economia, os que levaram adiante políticas de claro corte neoliberal.

Com casos em todos os países mais ou menos similares, temos que este foi um fenômeno regional recorrente, embora pudesse revestir cada um deles de nuances particulares, de acordo a idiosincrasias nacionais. O que nos fala também que

9 Carta de Ernest W. Groos ao general Octavio Gomes de Abreu, secretário geral executivo do IPÊS/GB, 23/11/1965.

10 A Circular nº 56/1865 expressava em espanhol, “*Le rogamos no publiquen este documento, que se circula solo con el fin de que sirva de pauta y orientación*” (sublinhado no original). CLA, CRC-Circular, nº 56/1965.

não foi uma mera implantação, já que o enraizamento do neoliberalismo teve particularidades e adaptações que não podem ser desprezadas nas análises. Inclusive estas são centrais para explicar as diversas clivagens existentes, algumas ainda pouco compreendidas, e as formas em que se desenvolveu cada caso particular.

Essa dificuldade no conhecimento se agiganta ainda pela estratégia do segredo (BÜREN, 2019) imposta a muitas das atividades, razão pela qual as fontes do IPÊS revelam singular valor, já que nos permitem conhecer pormenores que são impossíveis de inferir nos casos em que não podemos contar com essa massa documental primária. Nesse sentido, cobram particular interesse os nomes de algumas figuras que se envolveram em ações com o Instituto brasileiro.

Enno Hobbing aparece em diversas missivas do IPÊS como pertencente ao CED, ao LAIC e ao *Bureau Latinoamericano de Informaciones da Colômbia*. Essa singular personagem teria iniciado suas atividades como espião, envolvido no recrutamento de cientistas alemães após a Segunda Guerra Mundial, registrando ainda passo por Paris em 1950. Sua atuação na América Latina começa pela Guatemala, organizando a Operação PBSUCCESS, criptônimo da Central de Inteligência Americana (CIA), chave na deposição de Jacobo Arbenz em 1954. Teria sido o oficial de enlace do *Business Group for Latin America*, criado 1963 por David Rockefeller, que se converteria em *Council of the Americas* em 1970, sendo membro do seu conselho executivo. Também intermediaria fundos para *El Mercurio* com a intenção de desestabilizar Salvador Allende, o que dá sentido a uma frase vertida por Glycon de Paiva Teixeira, vice-presidente do IPÊS após o golpe de 1973: “a receita existe, e o bolo pode ser assado a qualquer hora. Vimos como ele funcionou no Brasil, e agora novamente no Chile” (DREIFUSS, 1981: notas 40 e 41, p. 424).

Lembremos que a burguesia americana se envolveu diretamente nessas ações através de figuras ligadas a David Rockefeller e a empresa *International Telephon & Telegram* (ITT), embora essas tenham conexão direta com o governo americano. Imbricação que revela muito do *modus operandi* em que a ação estatal se realiza por meio de organizações privadas, o que será uma ferramenta imprescindível dos grupos neoliberais. De fato, a Trilateral Comissão, promovida por David Rockefeller, desenhou o plano de rearticulação mundial (SKLAR, 1980), no qual o caso brasileiro também fazia parte (HOEVELER, 2013; SPOHR, 2016).

A julgar pelas trajetórias desses agentes externos, parece existir um certo padrão. Assim como Hobbing, Vladimir Reisky de Dubnick e Vladimir Lodygensky começaram suas carreiras no anticomunismo europeu, um de nacionalidade checa e, o outro, russa, onde teriam adquirido a expertise que transladariam ao Brasil e depois levariam a outros espaços, quando o perigo aqui estivesse debelado. Igualmente os dois estavam vinculados ao movimento católico, o primeiro como

intelectual incorporado à PUC/Rio e o segundo dirigindo a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Essa imbricação é bastante conhecida e chegou ao ponto de importar temporalmente para o Brasil o Padre Patrick Peyton, que chegara por intermediação do IPÊS e da CIA, com o propósito de agitar ideologicamente as bases católicas (RAMÍREZ, 2019).

Essa união entre anticomunistas antigos, a maioria com raízes católicas, e neoliberais não resulta extemporânea. De fato, o neoliberalismo se apresenta assim mesmo como um grupo contrarrevolucionário (KÜHNEL, 1978; COCKETT, 1995), inclusive isso fica mais que explícito nas obras de Walt Withman Rostow (1969) e Karl Popper (1974). E o fato de remeter ao velho conceito de liberalismo não deve nos iludir, já que esse passa a constituir mais um dos seus paradoxos ortodoxos, ideia proposta por Miles Khaler (1989) e Peter Evans, pela qual os neoliberais parecem não praticar o que pregam, o que fica apenas como um elemento discursivo, como mera apropriação de sentido.

Isto também nos mostra como se articulavam as redes das direitas, empregando o conceito em plural (MORRESI, 2011b; BOISARD, 2014), já que estas não se apresentam como um grupo coeso, mas ao modo de uma constelação (BALSA, 2007), composta por diversos elementos, os que não necessariamente têm origens em épocas similares, mas que podem estabelecer órbitas em torno de interesses comuns, que por momentos os aproximam, conformando subsistemas. De fato, uma das características dos grupos neoliberais é a de operar em vastas e intrincadas redes transnacionais (DENORD, 2002; FISCHER; PLEHWE, 2013), que não apenas se uniam em torno de interesses eidéticos, mas fundamentalmente por razões materiais que se expressavam politicamente.

Deste modo, foi se articulando uma coalizão heterogênea com alguns pontos em comum, composta por políticos conservadores, militares nacionalistas, membros do clero, empresários e tecnocratas (neo)liberais, que foi decisiva para deslegitimar os governos constituídos, deflagrar os golpes de Estado e posteriormente fazer parte ou legitimar as ditaduras, que tiveram caráter civil-militar (SIDICARRO, 2004; RAMÍREZ, 2012a).

Esta aliança pode parecer muitas vezes de forma pouco compreensível, mas o fato de segmentos do clero se unirem a grupos empresariais se explica desde diversos ângulos. Nessa época, o discurso econômico ainda não se sustentava por si, dependendo de outros recursos de legitimação, dentro do qual os apelos de tipo religioso eram importantes. Apenas em período posterior o discurso econômico consegue se autossustentar (MARKOFF; MONTECINOS, 1993; HEREDIA, 2015), inclusive prescindindo ou relegando outras justificativas.

A religião, em particular a católica, constitui um dos alicerces do mundo capitalista, inclusive a luta por interesses econômicos se justifica muitas vezes nessa base, a que inclui proporções de conflitos civilizacionais (BELLAH, 1991; KOTSKO, 2018). Os grupos de intelectuais católicos foram vitais à hora de construir as bases ideológicas em diversas esferas, inclusive a econômica, como parece ter acontecido com o ordoliberalismo alemão, particularmente no que se refere às políticas públicas vinculadas com a assistência social (HIEN, 1914; JOERGES; HIEN, 2017). E, de fato, o discurso empresarial da relação capital e trabalho dessa etapa parece calcado no paternalismo de viés católico, seja aquele enunciado pelo IPÊS, pelo *El Ladrillo* ou pelo líder da *Comisión de Estudios Económicos y Sociales* (CEES), futura *Fundación Mediterránea* (RAMÍREZ, 1998; 2005; 2012b).

Saída autoritária e primeira implantação do neoliberalismo

Os grupos que compunham esses núcleos iniciais onde se albergou o neoliberalismo tinham inicialmente intenções democráticas, mas se defrontaram com enormes dificuldades para serem competitivos nos pleitos eleitorais, ainda que com as facilidades que tinham por pertencerem aos grupos dominantes. Isto lhes permitia dispor de meios materiais em profusão, assim como do apoio estrutural dos aparelhos ideológicos da burguesia, como de fato se comprova com o maciço apoio dado pelo jornal *El Mercurio* à campanha de Alessandri quando disputou a presidência e na deslegitimação do governo Allende, o que o tornaria um dos artífices do golpe de Estado; bem como no caso do Brasil, onde o IPÊS articulou uma poderosa rede de apoio midiático para contrapor à Cadeia da Legalidade idealizada por Leonel Brizola, que fora chave para garantir a posse de Goulart, e, portanto, precisava ser rapidamente neutralizada.

Embora de difícil quantificação e comprovação empírica, temos observado como as campanhas de candidatos ligados à burguesia foram irrigadas com quantidades ingentes de recursos, como demonstram diversos documentos do IBAD e do IPÊS, inclusive com a chancela de uma CPI, que atestou a colaboração externa, o que também se observa no caso chileno, talvez o mais emblemático. Igualmente, o investimento realizado na elaboração e difusão desse discurso não estava rendendo os frutos esperados dentro dos setores subalternos. Como bem comprova a rejeição com que fora recebido *El Ladrillo* (CASTRO, 1992), proposta programática elaborada pela equipe econômica que atuava na PUC do Chile e que pretendeu ser a plataforma econômica de Jorge Alessandri, e o apoio que receberam as Reformas de Base no Brasil, para o qual o IBAD e o IPÊS elaboraram uma

série de estudos para lhe fazer contraponto e municiar os parlamentares ligados ao seu projeto, muitos financiados através deles.

Tais dificuldades não passaram despercebidas por Juan Linz (1978), que cedo teorizou sobre esse fato, sindicando nele, nessa imperícia, a tendência crescente por soluções autoritárias, na medida que os intentos pelas vias democráticas se revelavam infrutíferos. Esse é um percurso que pode ser seguido na sucessão de ditaduras vividas pela Argentina, nas quais se registra um grau de repressão crescente, com um claro corte produzido naquela instalada em 1966, que marca um patamar distinto ao não pretender mais neutralizar os adversários, mas exterminar os inimigos, como hipotetizara Marcelo Cavarozzi (1989). Fenômeno que também pode ser observado nos processos de decomposição política que Brasil e Chile atravessaram. O golpe de 1973 arranca desde o momento mesmo do pleito eleitoral que dá vitória parcial a Allende, que precisava ser referendada pelo Congresso. E as desventuras padecidas por Goulart para garantir sua posse e a luta que teve para se desvencilhar do cerco parlamentarista, a última barreira.

Pela longa experiência de ditaduras em Argentina, a intensão seria a de eliminar o tripé que sustentava o modelo desenvolvimentista, a quem julgavam como responsável pela crise e radicalização. A aliança entre industriais nacionais, operários sindicalizados e tecnocratas que o alavancavam desde o Estado precisava ser desmontada, com o auxílio da repressão, caso necessário, a que se desferia tanto sob os indivíduos como as suas estruturas, principalmente as intelectuais e corporativas, com as quais potencializavam sua ação política e, principalmente, ideológica.

Glycon de Paiva Teixeira, vice-presidente do IPÊS, opinava numa reunião que o Instituto deveria se converter num centro de “‘*post-graduation*’ ... [para] economistas, visando neutralizar os cepalistas, todos mais ou menos ‘tisonados’”¹¹. E, de fato, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi fechado três dias após consumado o golpe de Estado de 1964. Na Argentina, o Instituto Di Tella, financiado por aquele que fora o grupo econômico mais poderoso da época, encerrava suas atividades em 1970, e o Instituto de Estudos Econômicos e Financeiros (IEEF) foi dissolvido junto com a sua entidade mãe, a *Confederación General Económica* (CGE), em 1976, tendo sua biblioteca saqueada. Folga de maiores comentários, o expurgo realizado em entidades estatais, como universidades e outros entes, com quadros expulsos ou disciplinados.

Ação que seria vital, já que desestruturaria severamente o pensamento alternativo, que já sofria uma decomposição à medida que a radicalização aumentava, colocando em perigo, real ou imaginário, o status quo, razão pela qual os setores

11 Arquivo Nacional. Ata da Reunião Plenária do Comité Executivo do IPÊS, 8/4/1963. Sublinhado no original.

mais moderados se afastavam do desenvolvimentismo, para preservar sua posição de classe (BIELSCHOWSKI, 1995). Em outros casos, a desestruturação das organizações que os congregavam levava a terem de buscar outras formas de sustento, incorporando-se a entidades que professavam outros credos, as que o submetiam a rigoroso escrutínio (DE PABLO, 1995). Muitos marcharam ao exílio, no melhor dos casos, e outros perderam a vida. Em definitiva, a dinâmica das comunidades epistémicas (HAAS, 1992) se via profundamente condicionada pela conjuntura, que pavimentara o domínio ortodoxo.

Igualmente, o empresariado sofreria esses embates. Além da ilegalização da CGE, a única organização corporativa submetida a intervenção foi a *Unión Industrial Argentina* (UIA), que provavelmente levantaria a sua voz diante do processo de desindustrialização que se implementava. De fato, Domingo Cavallo, numa reunião dos empresários cordobeses da *Fundación Mediterránea* com o vice-ministro da Economia da ditadura, se atreveu a alçar sua voz condenatória em 1980 (RAMÍREZ, 1998), um ano mais adiante, os empresários metalúrgicos da cidade de Rosário protestavam ameaçando estraçalhar a cadeira presidencial (SIMONASSI, 1998).

Outro grande suporte era sem dúvida o movimento sindical, que também foi alvo preferencial, primeiramente procurando cooptar e ampliar a base de dirigentes que propenderam a uma conciliação com o capital, para o qual as entidades que se vinculavam à Igreja católica foram um instrumento bastante usual, especialmente no Brasil e por sobretudo as jesuítas, como as do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, onde se alocaram cursos de liderança. Inclusive temos conhecimento que a *Loyola University*, dos Estados Unidos, teria atuado como um centro relevante, além do que acontecia na Bélgica, outro baluarte nesse sentido. Igualmente, as duas grandes sindicais dos Estados Unidos, a *American Federation of Labor* (AFL) e o *Congress of Industrial Organizations* (CIO), tiveram ações com o mesmo propósito (CORRÊA, 2017a; 2017b),

A repressão se deu também nas organizações estudantis, que não apenas representavam a juventude, mas que são a continuidade natural da *intelligentsia* de diversos grupos sociais, incluso a disciplinarização que alcançou o setor castrense. Antes do golpe chileno, o próprio comandante do Exército, general René Schneider, foi vitimado por grupos militares, na tentativa de deflagrar o estado de descontentamento que levasse ao golpe. No Brasil, os militares, em especial os de baixa patente, foram vítimas de expurgos, como forma de sustar a rebelião que buscava igualar seus direitos com os da oficialidade (ALMEIDA, 2012).

Inclusive, a força repressiva foi usada pelas ditaduras para dirimir seus embates internos, que em essência eram por projetos conflitantes. Em 1978, Chile

vê chegar ao seu desfecho o enfrentamento entre o general de Exército Augusto Pinochet e o general da Aeronáutica Gustavo Leigh (VALDIVIA, 2003) e, no caso argentino, a disputa seria entre o general Jorge Videla, na defesa de seu gabinete econômico, contra o general Genaro Díaz Bessone e o almirante Emilio Massera, que nas suas pretensões levantavam projetos de viés nacionalista, o que contradizia as diretrizes neoliberais que eram dominantes (CANELO, 2009).

Lembremos que as consequências sobre o modelo desenvolvimentista foram letais, se aprofunda nessa época o processo de desindustrialização, passando-se à primazia das atividades financeiras, com uma descomunal concentração de renda e retirada do Estado, a partir da qual os interesses externos e da burguesia associada voltam a ganhar espaço, aniquilando-se de modo geral as pretensões autonômicas da dita burguesia nacional. Começava a viver assim a região, desde seu lócus subordinado, o limiar do que se conheceria como globalização, para o qual o neoliberalismo servia de plataforma ideológica.

Ainda que a repressão fosse um pilar importante das ditaduras, estas tinham intenções refundacionais (O'DONNELL, 1982; GARRETÓN, 1993; SIDICARRO, 1996; RAMÍREZ, 2015), com a pretensão de introduzir amplas reformas que alçassem estruturas diferentes, as que estariam inoculadas contra a radicalização, para a qual os *think tanks* desde tempos atrás estavam se debruçando em projetos, com qualificados estudos a respeito, que foram utilizados com tal intuito. Inclusive, podemos ver como o grau do amadurecimento deles teria paralelo com o sucesso alcançado pelas ditaduras nesse sentido.

Um dos alvos dessas intenções refundacionais das ditaduras, a instâncias do ideário neoliberal, foi o Estado, sob o qual se planejaram profundas reformas, tanto *El Ladrillo* como as propostas do IPÊS (RAMÍREZ, 2005; 2012a; BORTONE, 2013). E o governo brasileiro revelou um singular ímpeto reformista, a começar pelo Programa de Ação Estratégica do Governo (PAEG), seguido por três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), embora o último ficasse apenas como esboço.

Isto último pode parecer um contrassenso, mas lembremos que o planejamento ainda não era visto como algo incompatível com o neoliberalismo, sendo reivindicado pela vertente ordoliberal, com a qual o caso brasileiro parece ter mais afinidade, em especial entre os militares, como comprova a rápida visita do presidente alemão ocidental. Tal corrente teórica o via como algo necessário em países onde as leis do mercado não imperavam, sendo necessário criar previamente uma ordem favorável a elas. Nuance que nos pode ajudar a explicar a singularidade do Brasil nesse quesito em relação às outras experiências regionais.

De todo modo, a maior parte das políticas econômicas se orienta numa clara perspectiva neoliberal clássica. Foi durante as ditaduras que se deu a primeira etapa das privatizações, que avançaram pelas empresas periféricas, quebrando assim resistências da população e, especialmente, da ala mais nacionalista dos militares, que via nisto uma ameaça à soberania. O *El Ladrillo* tinha isto como um dos seus pontos mais relevantes, assim como o IPÊS fez um estudo visando este objetivo e o programa anunciado pela equipe econômica argentina também as incluía, com o qual se pretendia desafogar o déficit estatal e alavancar o mercado de ações, criando uma massa de pequenos investidores, algo que Margareth Thatcher popularizaria e que constitui a base da Economia Social de Mercado, que com a medida criava um grupo de apoio ao capitalista, ao compartilhar, embora que de modo subordinado, das suas benesses e vicissitudes.

Não obstante, seu núcleo central foi preservado. O governo receava os impactos sociais e políticos do desemprego que deviria, os militares nacionalistas temiam abalos na soberania, em particular pelo domínio que interesses estrangeiros teriam, e os empresários estavam receosos pelas consequências microeconômicas, já que as grandes empresas atuavam de forma monopólica e tinham grande atração nos preços, seja como compradoras ou vendedoras de insumos essenciais para a indústria, que dessa forma corriam o risco de alterações na matriz de preços, que na maioria das vezes eram subsidiados.

Outro dos pilares dessa transformação foram as mudanças que começavam a se dar no mundo do trabalho. No caso brasileiro, fora extinta a estabilidade após dez anos de serviço para os empregados na iniciativa privada, o que será substituído por um seguro desemprego, que vai se chamar Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (RAMÍREZ, 2005). No caso chileno, foram criadas as *Administradoras de Fondos de Pensión* (AFPs) e também se avançou na privatização da saúde, com as *Instituciones de Salud Previsional* (ISAPRE). Medidas que tinham o intuito de liberar a mão de obra para as novas exigências tecnológicas e incutir a lógica neoliberal individualista. Estas seguramente teriam tido mais resistência se não fossem lideradas por ditaduras, como bem lembra o episódio da rejeição com que fora recebido o *El Ladrillo* em 1970.

Autoritarismo de mercado, aliança com o populismo e segunda onda neoliberal

Se o neoliberalismo precisou de um estado de exceção para ser implantado, com o qual não é incompatível, pelo contrário (VALIM, 2017), essa não era uma condição ideal, já que aparelhava seus próprios perigos. Em particular, que as ditaduras se transformassem em personalistas ou que adquirissem verdadeiros

vieses nacionalistas. Riscos que não eram em vão, visto os desafios que Brasil e Argentina fizeram no terreno nuclear, bem como esta última deflagrou um conflito bélico contra uma potência capitalista, a contragosto dos Estados Unidos.

Por isto, não resulta estranho que, depois de um tempo prudencial, o próprio poder global começasse a colocar limites nas ditaduras que tinham ajudado a erigir, pressionando pelo retorno à democracia, inclusive como forma de limpar seu passado golpista e se posicionar prevendo a nova conjuntura. Como exemplo, temos a visita de Samuel P. Huntington, homem de David Rockefeller e um dos integrantes da *Trilateral Commission*, ao Brasil, no qual isto seria levado ao conhecimento do gabinete e, a posterior, presidente Ernesto Geisel empreenderia o período de distensão que levaria à abertura (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 233).

Apenas no caso chileno as políticas neoliberais foram bem-sucedidas e a ditadura conseguiu seus objetivos mais amplos no âmbito econômico; na Argentina e no Brasil, contrariamente, houve um rotundo fracasso. Com isso, deu-se lugar à volta de políticas heterodoxas na primeira etapa da redemocratização, devido ao descrédito das políticas de ajuste e o particular período vivido na abertura, mais propício a políticas expansivas do gasto público, após anos de contenção, herança amarga de uma vultosa dívida externa, que passou assim a ser o principal entrave.

Dessa forma, nesses dois países, os atores que se vinculavam ao receituário neoliberal tiveram de se reconverter à nova ordem, carregado um pesado lastro sobre suas costas. De todo modo, a expertise organizacional acumulada seria vital nesse processo, um dos seus atributos mais potentes, e, longe de se amearhar, apostaram novamente nos *think tanks* como âmbitos propícios para a sua regeneração política. Esse não era um fenômeno apenas local, senão mundial, e correu paralelo à crise dos partidos (OFFE, 1989; KIRCHHEIMER, 1980). Por essa razão, esses últimos perdem suas características ideológicas mais fortes, para se transformar em meras máquinas eleitorais, incapazes de formar quadros técnicos e formular políticas públicas eficazes, os que passam a ser providos de modo externo, na sua maioria por esses *think tanks*, uma vez no governo.

Isto se comprovará nas primeiras experiências da redemocratização que tiveram lugar na Argentina e no Brasil, não muito auspiciosas em matéria econômica. As medidas heterodoxas adotadas inicialmente pareciam calcadas num padrão antiquado de elaboração de políticas públicas, que remitia a muito voluntarismo, provocando efeitos desestruturadores, apesar de certa correção de rota que se esboçou quando o perigo era iminente, circunstâncias que agravaram o penoso estado herdado.

Diante deste quadro, o mercado aproveitou a oportunidade para aplicar duros corretivos, apelando ao seu poder de formar preços, inclusive agigantado pela

profunda concentração econômica promovida durante as ditaduras. A aplicação de uma terapia de choque (KLEIN, 2007) também tinha propósitos pedagógicos, seja nos políticos, como nos quadros técnicos e na população em geral, já que todos sofriam os efeitos devastadores dos processos hiperinflacionários de que suas economias padeciam. Inclusive, no caso argentino, a convulsão social que provocara levou ao adiantamento das eleições e transpasso do poder presidencial de modo antecipado.

Esse poder ainda é mais opressivo se levamos em consideração que os agentes internos estavam profundamente imbricados nas engrenagens transnacionais, seja aquelas que influem na circulação dos fluxos monetários privados em grandes escalas, agigantadas pela nova fase de mundialização, quanto dos órgãos financeiros internacionais, aparelhados há tempos por tendências ortodoxas, os quais exerciam um forte disciplinamento, punindo aqueles governos que não seguiam à risca seus desígnios (CORBALÁN, 2002; PEREIRA, 2010), que por essa altura eram apresentados como consensuais.

A tese da existência de uma base comum foi uma ideia difundida por John Williamson, que em 1989 a enunciou sob o pomposo nome de Consenso de Washington. Um decálogo que as comunidades acadêmicas e das finanças internacionais consideravam como políticas saudáveis para os países. De todo modo, submetidos a escrutínio mais recente, ele não passou de uma cartilha de doutrinação econômica, que nem os próprios neoliberais seguiram totalmente, como bem se exemplifica no seu quinto ponto, referido ao tipo de câmbio. Fugindo de tal preceito, a convertibilidade argentina instaurada por Cavallo adota um tipo de câmbio fixo, modelo que tinha sido empregado anteriormente pela Malásia, que muito bem pode ter inspirado a experiência no Prata (PLEHWE, 2011).

Assim, os efeitos deletérios sobre o tecido político aprofundaram as heranças das ditaduras, que visavam desidratar os partidos políticos e de fato conseguiram, o que veio a se fundir com a própria crise dos partidos já apontada. Fenômeno que não passou despercebido para Rudiger Dornbusch e Sabastian Edwards (1990), que viram a janela que se abria para poder capitalizar a proximidade com candidatos neopopulistas como modo de ascender novamente ao poder na base de uma nova aliança (WEYLAND, 1996; DEMERS, 2001).

Se bem as forças neoliberais eram pouco competitivas na arena eleitoral, viam-se favorecidas com as duras imposições a que eram submetidos os partidos políticos, incapazes de gerar quadros técnicos ou políticas próprias com o grau de sofisticação exigidos nessa conjuntura, em particular pelos organismos internacionais de fomento, quase única tábua de salvação num contexto de penúrias. Assim, o remédio parecia estar em delegar o comando da área econômica

aos agentes que tinham a graça do mercado, resguardando para si outro tipo de funções, como a de fazer palatáveis à população medidas amargas, muitas vezes amparados na retórica de apelo populista, e, por sobretudo, formar na base do fisiologismo a maioria parlamentar encarregada de referendar a nova orientação.

Longe dos seus antepassados mais ideológicos, os novos populismos vestem bandeiras nacionalistas de pano genérico, que não se transferem a fatos concretos no econômico, transformando-se nos baluartes da entrega do espólio estatal aos interesses do mercado. Carlos Saúl Menem, na Argentina, e Fernando Collor de Mello, no Brasil, representam essa nova simbiose, que de alguma força atinge a *Concertación* chilena (GARRETÓN, 2012) e Fernando Henrique Cardoso, originalmente um socialdemocrata. Fenômeno que dista muito de ser regional, visto que até o próprio Laborismo, com Tony Blair e a esquerda nos países do leste europeu (MUDGE, 2018), foi seduzido pelo canto de sereia da financeirização transnacional propalada pelo neoliberalismo. Cerco que atingiria de alguma forma as administrações de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a que teve de ceder completamente no seu segundo mandato presidencial, que nem assim conseguiu salvar.

Fenômeno que atravessaria inclusive governos de natureza diversa, devido a que os contornos ideológicos dos partidos se diluem, diferenciando-se muito pouco nas políticas econômicas que promovem, ou são obrigados a promover, delegando seu comando a esse tipo de agentes. De todos eles, o caso de Domingo Cavallo seja talvez o mais emblemático, sua carreira nacional teve início com a assunção da presidência do Banco Central da República Argentina, em 1982, em plena ditadura; mais adiante, seus serviços foram ofertados em 1983 ao radical Raúl Alfonsín, primeiro presidente da redemocratização, que não os aceitou (HEREDIA, 2004); para ocupar o cargo de chanceler e ministro da Economia no governo do peronista Carlos Menem e, novamente, no do radical Fernando de la Rúa.

Isto se volta a repetir mais recentemente no Brasil com a figura de Joaquim Levy, engenheiro naval com doutorado em economia que se iniciou na fundação estatal como secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, na gestão do governador Sérgio Cabral, para ser ministro da Fazenda na segunda presidência de Dilma Rousseff, passando ao Banco Mundial a posteriori até se tornar presidente do BNDES no governo de Jair Bolsonaro.

Igualmente, essa colonização sucessiva não se dava apenas em caráter pessoal, pois quadros ligados a diversos *think tanks* podiam se revezar nas funções de governo, como bem lembram alguns dos que tiveram vinculação com a FIEL, que também participaram de modo quase hegemônico durante diversas administra-

ções ditatoriais da Argentina, os que chegaram a participar no governo de Menem em vários cargos e assumir brevemente o ministério da Economia na gestão de la Rua.

Tais governos fizeram avançar o processo de liberalização, em particular com a segunda etapa de privatizações, as que avançam porque as resistências tinham sido minadas, primeiramente durante a ditadura, com a venda de setores periféricos, assim como pelo processo de sucateamento a que as próprias empresas vinham sendo submetidas desde aquela época, que fazia real a sua falta de competitividade, que muitas vezes era uma decisão política, já que muitas serviam para maquiagem o desemprego encoberto. De toda forma, apenas Argentina se desfez da sua maior empresa estatal, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), já que Chile manteve o controle estatal da *Corporación Nacional del Cobre* (Cobre) e Brasil privatizou apenas parcialmente a Petrobras. Como consequência, o setor petrolífero nacional argentino se viu desarticulado rapidamente, pelo poder de formar preços que aquela detinha, significando a desnacionalização inclusive de setores privados da economia. No seu lugar, os neoliberais chilenos e brasileiros pouparam setores chaves, que neste último caso alcançou também o sistema bancário, com a sobrevivência de poderosos bancos estatais.

Estertores do neoliberalismo e abraço ao neoautoritarismo

A chegada da Onda cor de Rosa ao Cone Sul da América Latina atingiu os grupos neoliberais em estados diferentes, o que motivaria também reações diversas, as que se explicam muito por esse passado, inclusive por razões estruturais ainda mais distantes, que determinarão, e muito, a dinâmica do processo, manifestando assim limites que os fenômenos exógenos encontram ao avançar sobre as realidades locais, que não são mero espelho do desenvolvimento geral.

O caso chileno registra similar continuidade à operada na transição democrática, com a política econômica seguindo diretrizes que não saíam dos trilhos desde a ditadura. De todo modo, alguns esboços de mudanças mais sutis se operam e as forças de direita vão também se despreendendo dos seus lastros do passado mais vinculado ao autoritarismo para focar naqueles que frisam em cores profissionais e eficientistas, também herança desse passado, mas com menos carga, até pouco tempo. Isto não constitui uma reconversão genuína, mas consequência de ter se tornado hegemônico e o capitalismo chileno poderá voltar ao uso da força em caso de necessidade.

Na Argentina, a debacle de 2001 levou consigo a principal figura neoliberal da época, Domingo Cavallo, e com ele a instituição que sempre o teve como sua principal espada, a *Fundação Mediterránea*. Antes, a FIEL também tinha entrado em decadência como alavanca para que seus quadros fizessem parte dos governos de turno. Não obstante, por causa do regime autoritário possuir enorme descrédito, numa política de atualização quase permanente da memória, a direita continuará a se reorganizar em base a fundamentos tecnocráticos, em particular desde *advocacy think tanks*, que escondem mais seus interesses, assim como por profissionais oriundos do âmbito privado, que através do mecanismo da porta giratória, entre o grupo mais numeroso no gabinete de Mauricio Macri (CASTELLANI; DULITZKY, 2018; CANELO; HEREDIA, 2017).

No que tange ao caso brasileiro, observamos uma clara tendência de descontinuidade, próprio do desenvolvimento institucional do neoliberalismo no país, com uma certa similaridade com aquela inaugurada nos sessenta, marcando o declínio institucional de *think tanks* neoliberais fundados na etapa anterior. Assim, os Institutos Liberais mingam suas atividades e veem cair sua significação logo após a morte das suas principais figuras, exceto a filial gaúcha, que tinha comando separado. Processo que acontece num momento crucial, com a subida de Lula à presidência, o que fazia necessário firmar um contraponto, razão pela qual presuntamente fariam, aproveitando algumas entidades existentes e montando novas.

O núcleo que operava na PUC/RJ e idealizara o Plano Real, baixada local do Plano Brady, fundou o Instituto de Estudos de Política Econômica/Çaça das Garças, que se reservara papel mais acadêmico, assim como são os encarregados de brindar suporte ao Instituto Millenium (Imil), um *advocacy think tanks* neoliberal que se colocou na proa. Esse foi fundado por uma das suas discípulas e um jornalista, em 2006, mas que já atuava desde um ano antes sob a denominação de Instituto de Estudos da Realidade Nacional (SILVEIRA, 2013) ou Instituto da Realidade Nacional (PATSHIKI, 2017).

O Imil desabrochou na vida pública no Fórum da Liberdade, realizado desde 1988 e que se transformou na reunião anual da grei neoliberal mais importante, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), da safra de entidades criadas no contexto da redemocratização, em 1984. Vale salientar que tal evento acontece na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), a que também alberga o Instituto Liberdade, como passou a se denominar o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul após a reformulação que teve lugar em 2004 (FRIDERICH, 2019), o que remete novamente à vinculação com entidades católicas que marcara a penetração do neoliberalismo na sua primeira etapa.

Mas foi em 2013 que surgiram os grupos que conseguiram virar o quadro contrário a posições neoliberais e torná-las populares. À cavalo de manifestações que tiveram outra origem, diferentes grupos de jovens se posicionaram no tabuleiro político com um discurso que misturava o combate à corrupção com a melhoria dos serviços públicos, seguindo uma cartilha básica. Alguns dos seus líderes já exibiam vínculos com a extensa rede neoliberal, em especial o *Student for Liberty*, fundado em 2008 e patrocinado pelos irmãos Koch, que financiou alguns deles, e a *Atlas Network*, que davam um norte ideológico.

Esses jovens muitas vezes se inspiram num estilo usual no mundinho dos best-sellers neoliberais, popularizados pela guatemalteca Gloria Álvarez, egressa da *Universidad Francisco Marroquín*, o peruano Álvaro Vargas Llosa e o chileno Axel Kaiser, dentre outros (CASTRO-REA, 2019). Modelo rudimentar que se bem serve para sua popularização, parece indicar um certo teto ideológico difícil de ultrapassar, como não podia ser mais eloquente o título de uma das obras de Kaiser, *La fatal ignorancia: la anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista* (2017).

Se esses grupos foram muito bem-sucedidos para desestabilizar o regime de turno e até conseguir vitórias significativas no legislativo, a constatação dessa fragilidade nos serve para entender as razões pelas quais não conseguiram cristalizar candidaturas majoritárias de peso, em particular no âmbito nacional. Nas eleições brasileiras de 2018, os candidatos mais identificados com o mercado não conseguiram empolgar, seja aquele que tradicionalmente os representava desde a centro-direita, fundando um novo partido, ou quem o fez a título pessoal usando um partido existente. Motivo pelo qual a solução para frear o retorno do petismo foi abraçar um candidato populista autoritário, prévio pacto, ao dar de porteira fechada o comando da economia a um dos seus baluartes. Esse fiador, ainda que não fosse uma figura central, era membro do Instituto Millenium e se apresentava como seu garante.

A coalizão heterogênea que elege Jair Bolsonaro volta a lembrar aquela que deflagrou o golpe de Estado de 1964, militares, neoliberais, tecnocratas e segmentos vinculados ao religioso, assim como reedita a experiência de uma simbiose parecida com as que se deram com os líderes neopopulistas de finais dos oitenta e início dos noventa, que resolviam seu problema de governabilidade oferecendo ao mercado avançar na sua agenda de reformas. Isto se dá disciplinando os atores sociais que podem se lhe opor e dando base no Congresso para a implementação de leis que em outra conjuntura dificilmente encontrariam alento.

De carona com a popularidade do líder autoritário, as bancadas foram disciplinadas, com pressões e incentivos de diversos tipos. Inclusive, aquela que maior fidelidade apresenta é precisamente a do Partido Novo, gestado por e para o

mercado, que dessa forma se associa a um governo com pouco apreço pelas liberdades sociais e políticas. Comportamento que não apresenta contradição alguma, como já comentáramos quando do paradoxo ortodoxo. A liberdade de mercado, quase nunca chega às esferas sociais e políticas, pelo contrário, estas são sacrificadas sem remorso para manter as diretrizes econômicas.

Não obstante, percebemos nisto também a mesma saturação que observamos ao analisar os *think tanks*, com medidas que parecem ser mais uma cópia de soluções empregadas no passado e hoje questionadas do que propostas que as superem, não à toa que as referências ditatoriais do governo brasileiro atual incluam preferentemente o Chile, marco da primeira experiência de simbiose neoliberal e autoritarismo. Desta aliança, apenas a troca da base católica pela evangélica parece ser sua alteração mais significativa, o que também nos fala da diferença na qualidade dos predicados ideológicos de uma época e outra.

Epílogo

As políticas neoliberais recalaram na região muito antes da instauração dos regimes autoritários, com o objetivo de atingir dois propósitos. Recompôr a hegemonia num ambiente em profunda radicalização, que estava colocando em perigo até o próprio status quo, e reformular a inserção dos nossos países na divisão internacional do trabalho, os que tentavam fazia algum tempo sua emancipação parcial.

Esses precursores se organizaram internamente, mas contaram com forte apoio e ingerência externa, funcionando geralmente como aglutinador de forças de direita, seja aquelas de cunho mais tradicional como outras de ares novos, em particular vinculadas à legitimação em termos tecnocráticos, que começa sua ascensão, combinando-se a outros discursos que atuam como reforços e que variarão de acordo com as épocas e necessidades, seja do interior do grupo como do meio circundante, que muitas vezes rejeitam os preceitos neoliberais quando isolados.

Os grupos que o propalavam tinham como desafio se consolidar como opção política e ideológica num momento em que forças contrárias ganhavam ímpeto, por defender precisamente assuntos caros à vida em sociedade e como nações que se viam historicamente em relação de dependência. De fato, não era tarefa simples, já que a desvantagem dos grupos neoliberais era evidente, como bem nos lembra o resultado do embate entre Simonsen e Gudín, que usamos como termômetro.

Por esse motivo, a tentativa por via hegemônica usando dos instrumentos democráticos não teve o sucesso esperado. Goulart assumiu e depois se esgueirava do cerco parlamentarista, impondo uma derrota às forças da direita, que ainda

assim obtiveram ganhos que mais à frente seriam significativos. Salvador Allende venceu o pleito eleitoral, mas sem contar com o aval majoritário da população chilena, numa leitura errada que levou a esquerda a tencionar o sistema político e a direita a promover mais diretamente o golpe. Por fim, o peronismo retornava ao governo mais uma vez, embora profundamente esgarçado, abrindo espaço para uma maior radicalização e a uma rápida decomposição política numa crônica que levaria à ruptura institucional.

Essa seria a solução empregada para poder sustar o processo de radicalização como primeira medida e promover reformas sistêmicas de caráter amplo para evitar a reversão ao quadro anterior. O processo de deslegitimação desses governos contou com a participação desses grupos, os que comporiam as coalizões golpistas e, a posteriori, as administrações ditatoriais, de claro cunho civil-militar. Eles as proveram de quadros e dos projetos iniciais, base dos seus intentos fundacionais, sem os quais provavelmente não teriam vingado.

Os grupos que conformaram tais coalizões se aglutinaram em torno de algumas noções que compartilhavam, como a defesa da ordem e combater um inimigo comum, ao que nomeavam genericamente como comunista. Assim, empresários, tecnocratas, militares e membros de igrejas tinham objetivos definidos a cumprir e a solução autoritária se impôs diante da incapacidade de atingi-los pela via do consenso, para o qual cada um desses segmentos colocou à disposição seus atributos de legitimação ou disciplinarização.

Longe de serem regimes totalitários, a repressão que praticavam tinha como propósito sustar esse processo de radicalização, aniquilando ou enquadrando inimigos e adversários, para assim introduzir uma série de reformas que supostamente sanariam a região. Num lapso prudencial isto possibilitaria a volta à democracia, já que atores contrários seriam dizimados ou teriam visto seu potencial político severamente diminuído, uma vez que partidários do regime passavam a dispor de condições favoráveis para se firmar e prosperar.

De fato, o sucesso em promover transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais foi o fiel da balança para as ditaduras, dando-lhes sobrevida, permitindo que seu legado se perpetuasse além delas, como bem ilustra o caso chileno, ou seu aposto, provocando a sua implosão, como se deu na Argentina, o que levaria à reversão para um estado mais próximo do anterior.

Isto também teria se associado às políticas econômicas que serviram de plataforma às ditaduras, as que em definitivo incidiram fortemente na sua popularidade. Elas motivariam sua continuidade quando da redemocratização, quando dei-

xavam saldo positivo, ou que também fossem arrastadas junto a elas, no sentido oposto, demandando às forças de direita, neste caso, um processo de reconversão mais custoso e prolongado.

A transformação econômico-social produzida pelas ditaduras ou decorrentes de mudanças mais amplas se refletiu também no político, minguando o poder de atores tradicionais, à medida que novos agentes ganhavam significação. As corporações de velho cunho e os partidos políticos se viam esvaziados e parte das suas funções passaram a ser desempenhadas por outras instituições, nas que um controle democrático já não impera, representando interesses privados mais diretos, embora por vezes solapados, os que ganharam projeção pelas transformações econômicas produzidas.

Com o descrédito do passado ditatorial e as novas demandas, a direita tradicional perde terreno e cederá espaço para a direita tecnocrática, que podia justificar seus interesses não apenas pela força, mas por outro tipo de recurso, como o saber científico, tido como neutro. As forças do mercado passavam assim por um breve período em que tornavam seu discurso hegemônico, embora cimentado numa profunda disciplinarização prévia, tanto interna quanto externa, a que atuava como legitimadora e, fundamentalmente, em caráter inibitório.

Essa presença do mercado, através de seus agentes internos e externos, como gendarme vai ser fundamental para manter sob controle governos de tendências opostas e que angariavam apoio popular, mas que se mostravam receosos de contrariar seis interesses. Assim, essas administrações mantêm em linhas fundamentais suas diretrizes e, aos poucos, vão firmando paulatinamente as suas, quando podem. De fato, o novo desenvolvimentismo incorpora vários pontos da crítica neoliberal, em particular uma maior preocupação com questões macroeconômicas, e não ousa tanto como a sua primeira versão, tendo seus brios contidos.

De todo modo, como as tendências que promoviam as políticas neodesenvolvimentistas, ainda que tímidas, levavam novamente a um perigoso horizonte de maior autonomia, os interesses externos e internos associados buscaram retornar a um patamar anterior, inclusive apelando à disciplinarização desses governos com tal objetivo. Em todos os casos houve uso de instâncias escusas para isto, no Chile até o Banco Mundial se viu envolto na fraude de um dos seus indicadores, o que teria impacto na imagem do governo de Bachelet, dando munição aos grupos opositores que disputavam a sua sucessão, que os sagrara vencedores. E, no Brasil, o governo de Dilma foi posto a incessante tensão, para frear e encerrar assim o ciclo que tinha sido aberto com Lula.

Como seja, numa perspectiva de história em trânsito, visualizamos que essa vitória parcial das forças de direita e neoliberais parece se esvanecer na atual conjuntura, já que o poder legitimador do seu discurso não parece gozar do poder

de antigamente, talvez pela fadiga de materiais que se operou no seu bojo, que o atinge não apenas localmente, mas também no seu centro. Isto leva à necessidade de recorrer mais uma vez a soluções disciplinadoras em maior medida, afastando-se assim de um domínio de tipo hegemônico, embora se conserve entranhado de maneira difusa no senso comum.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Anderson da Silva. Hierarquia e (in)disciplina: o Golpe de 1964 “visto do mar”. **Polhis**, vol. 5, n 9, 2012, p. 243-254.

ARNOVE, Robert F. (ed.). **Philanthropy and cultural imperialism: The foundations at home an abroad**. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

BALSA, Javier. Hegemonías, sujetos y revolución pasiva. **Tareas**, n° 125, 2007, p. 29-51.

BELLAH, Robert N. **Beyond Belief: essays on religion in a post-traditional World**. Berkeley: University of California Press, 1991.

BERMAN, Edward. **The influence of the Carnegie, Ford and Rockefeller Foundations on American foreign policy: The ideology of philanthropy**. Albany: State University of New York Press, 1993.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina. Objeto científico, sujeitos e temporalidades. **Varia História**, vol. 30, n° 52, 2014, pp. 85-100.

BORTONE, Elaine. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 2013.

BÜREN, María de. Mont Pèlerin Society en la articulación del discurso neoliberal. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos-Editora Unisinos, 2013, p. 118-143.

BÜREN, María Paula de. Neoliberalismo: el secreto como estrategia, **RevIISE**, vol. 13, n° 13, 2019, p. 77-90.

CANELO, Paula. **El proceso en su laberinto**. La interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CASTELLANI, Ana; DULITZKY, Alejandro. The Reverse Revolving Door: Participation of Economic Elites in the Public Sector during the 1990s in Argentina. **Latin American Business Review**, vol. 19, n° 2, 2018, pp. 131-159.

CASTRO, Sergio de. **Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

CASTRO-REA, Julián. Escrever com a direita: os best sellers da direita em espanhol e sua promoção nas redes transnacionais, *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 143-161.

CAVAROZZI, Marcelo. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence, (comps.). **Transiciones desde un gobierno autoritario. América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1989, vol. 2, p. 37-78.

COCKETT, Richard. **Thinkink the Unthinkale: Think Tanks and the Economic Counter-revolution, 1931-83**. London: Fontana, 1995.

CORBALÁN, María Alejandra. **El Banco Mundial**. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2002.

CORRÊA, Larissa. Looking at the Southern Cone: American Trade Unionism in the Cold War Military Dictatorships of Brazil and Argentina. **International Review of Social History**, vol. 62, nº Especial, 2017a, p. 245-269.

CORRÊA, Larissa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. Campinas: Editora Unicamp, 2017b.

D'ARAÚJO, Maria Celina; e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DE PABLO, Juan Carlos. **Apuntes a mitad de camino (economía sin corbata)**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1995.

DEMERS, Jolle (ed.). **Miraculous Metamorphoses**: The neoliberalization of Latin American Populism. New York: ZED, 2001.

DENORD, François. French Neoliberalism and its divisions: from the Colloque Walter Lippmann to the Fifth Republic. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009, p. 45-67.

DENORD, François. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire [La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs]. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 145, 2002, p. 9-20.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastián. The Macroeconomics of Populism in Latin America. **Journal of Development Economics**, vol. 32, nº 2, 1990, p. 247-277.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981.

EVANS, Peter B. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, Stephan; KAUFMAN, Robert R. (eds.), **The Politics of Economic Adjustment**. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 139-181.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 245, 2013, p. 70-86.

FRIDERICH, Lidiane. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)**. Tese de Doutorado, São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance. **Revista Alternativa**, vol. I, nº 2, 1984, p. 5-23.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010**. Santiago de Chile: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.

HAAS, Peter. Introduction: Epistemic Communities an International Policy. **International Organization**, vol. 43, nº 1, 1992, p. 1-36.

HEREDIA, Mariana. Economistas de partido, heterodoxos e ortodoxos, las controversias sobre la política económica durante el gobierno de Alfonsín (1983-1989) In: **Programa XIX Jornadas de Historia Económica**. San Martín de los Andes: Educo Editorial, 2004.

HEREDIA, Mariana. **Cuando los economistas alcanzaron el poder (o cómo se gestó la confianza en los expertos)**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

HEREDIA, Mariana e CANELO, Paula. **Los puentes y las puertas: Las fronteras de la política argentina a través de sus elites**. San Martín: UNSAM, 2017.

HIEN, Josef. The Return of Religion? The Paradox of Faith-Based Welfare Provision in a Secular Age, **MPiFG Discussion Paper 14/9**, 2014.

HOEVELER, Rejane. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação em História. Niterói: UFF, 2013.

JOERGES, Christian e HIEN, Josef. **Ordoliberalism, Law and the Rule of Economics**. Hart Publishing, 2017.

KAISER, Axel. **La fatal ignorancia**: la anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista. Santiago: Unión Editorial/Fundación Para el Pograma, 2017.

KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In: LENK, Kurt; NEUMANN, Franz (eds.), **Teoría y sociología crítica de los partidos políticos**. Barcelona: Anagrama, 1980, p. 246-328.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**: The Rise of Disaster Capitalism. Toronto: Knopf Canada: 2007.

KOTSKO, Adam. Neoliberalism's Demons: On the Political Theology of Late Capital. Stanford, CA: Stanford University Press, 2018.

KÜHNEL, Reinhard. **Liberalismo y fascismo**: Dos formas de dominio burgués. Barcelona: Fontanella, 1978.

LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios, **Papers**, (Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, nº 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978, p. 27-51.

MARKOFF, John e MONTECINOS, Verónica. The ubiquitous rise of economists. **International Public Policy**, 1993, vol 13, nº 1, p. 37-68.

MEADOWCROFT, John; RUGER, William. Hayek, Friedman, and Buchanan: on public life, Chile, and the relationship between Liberty and Democracy. **Review of Political Economy**, vol, 26, nº 3, 2014, p. 1-18.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009.

MORAES, Thiago Aguiar de. **Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado**: os discursos da fração vanguardista da classe empresarial gaúcha na revista Democracia e Empresa do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

MOREIRA, Fernanda. Tese de Doutorado. **O Partido do Empresariado**: O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MORRESI, Sergio. Las raíces del neoliberalismo (1930-1985). In: ROSSI, Miguel Ángel; LÓPEZ, Andrea (comps.). **Crisis e Metamorfosis del Estado Argentino**: el paradigma neoliberal en los noventa. Buenos Aires: Luxemburg, 2011a, p 47-69.

MORRESI, Sergio. Un esquema analítico para el estudio de las ideas de derecha en Argentina (1955-1983). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.) **Las derechas**

en el Cono Sur, siglo XX. Los Polvorines: Actas del Taller de Discusión, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011a.

MUDGE, Stephanie. **Leftism Reinvented:** Western Parties from Socialism to Neoliberalism. Harvard University Press, 2018.

OFFE, Claus. **Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales.** Madrid: Editorial Sistema. 1988.

PATSCHIKI, Lucas. **A classe dominante brasileira em organização:** o Imil como aparelho privado de hegemonia (2005-2013). Tese de doutorado, Goiânia: UFG, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator econômico, social e intelectual (1944-2008).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PLEHWE, Dieter. Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”. **Critical Policy Studies**, vol. 5, nº 2, 2011, p. 127-148.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos.** São Paulo: EDUSP, 1974.

RAMÍREZ, Hernán. **A Fundación Mediterránea, 1977-1992. Estudio de caso de las relaciones entre entidades empresarias y partidos políticos.** Dissertação de Mestrado. Córdoba: UNC, 1998.

RAMÍREZ, Hernán. **Os institutos econômicos de organizações empresarias e sua relação com o Estado em perspectiva comparada:** Argentina e Brasil, 1961-1996. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RAMÍREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos**, 2009, vol. 13, nº 1, p. 209-240.

RAMÍREZ, Hernán. A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar. **Estudos Ibero-Americanos**, 2012a, **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 38, nº 1, p. 62-80.

RAMÍREZ, Hernán. Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena. **Confluente**, 2012b, vol. 4, nº 2, p. 63-81.

RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. **Antíteses**, 2015, vol. 8, nº 15 Esp., p. 132-159.

RAMÍREZ, Hernán. Dinero y sotanas: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). **Estudios**, 2019, vol. 42, nº 2, p. 51-70.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth:** An anti-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SIDICARO, Ricardo. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César; QUIROGA, Hugo. **A Veinte Años del Golpe**. Con Memoria Democrática. Homo Sapiens: Rosario, 1996.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “Proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.), **Empresarios, tecnócratas y militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 53-96.

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do instituto Millenium, Tesina de Maestría, Campinas: Unicamp, 2013.

SIMONASSI, Silvia. Entre la adhesión activa y el desencanto. Acerca de los industriales metalúrgicos del gran Rosario y el “Proceso”. **Avances del CESOR**, nº 1, 1998, p. 95-107.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. **A Controvérsia do planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA INPES, 1977.

SKLAR, Holly. **Trilateralism, the Trilateral Commission and elite planning for world management**. Boston: South End Press, 1980.

SPOHR, Martina. **American way of business**: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

VALDIVIA, Verónica. **El golpe después del golpe**. Leigh vs Pinochet (1960-1980). Santiago: Lom, 2003.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

WEYLAND, Kurt. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: Unexpected Affinities. **Studies in Comparative International Development**, vol. 31, nº 3, 1996, p. 3-31.